

O Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa no período da II Guerra Mundial (1939-1945)

Com base na documentação do arquivo histórico do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, esta comunicação pretende, na primeira parte, analisar a acção desenvolvida pela Administração da empresa, no contexto da neutralidade decretada pelo governo português nos anos da II Guerra Mundial, relacionando-a com os benefícios colhidos entre 1939 e 1945 pela generalidade das empresas portuguesas, das quais se destacaram as que se dedicavam ao comércio bancário.

Segundo Fernando Rosas “a excepcional “explosão” dos depósitos bancários (sobretudo dos depósitos à ordem, onde se concentrou boa parte dos lucros originados nos negócios da guerra)”, foi um dos elementos positivos que a conjuntura trouxe à economia portuguesa, e de que os bancos foram os beneficiários directos. Razão suficiente para que nesta comunicação sejam apresentados os resultados do estudo de algumas das principais rubricas contabilísticas da empresa, elementos que serão confrontados com os de outros bancos, na perspectiva de aferir a posição do BESCL no seio das restantes instituições bancárias portuguesas nos anos da guerra.

Na segunda parte do texto a nossa atenção focalizar-se-á nas tensões geradas pelas posições antagónicas, de natureza política e económica, que marcaram o relacionamento de Portugal com os Aliados, e destes para com as empresas dos países neutrais.

Era evidente que a situação decorrente da neutralidade geométrica praticada pelos bancos portugueses, iria dar origem, nos anos seguintes, a um agudizar de tensões, nas quais o Banco se ria envolvido a propósito das denominadas “objectionable transactions”, agitadas com particular empenho pelos serviços norte-americanos. Esta análise será feita, essencialmente, com o recurso a documentos dos *National Archives* e do *Public Record Office*.

Através dessa documentação, podemos observar o modo como a empresa mereceu dos funcionários dos diversos departamentos envolvidos no contexto da guerra económica, copiosas análises e referências, as quais serão objecto de interpretação diversa.

Sendo o principal banco português, por ele transitava grande parte das operações documentárias de importação e de exportação, para mais quando a sua base de clientes era maioritariamente constituída por empresas.

A acrescer a esse facto, temos de considerar que, nos anos da guerra, a actuação do Banco era indissociável da posição assumida pelo Presidente do Conselho de Administração, Ricardo Espírito Santo, elemento preponderante da elite financeira da época e que chegou mesmo a ser considerado o conselheiro financeiro do Chefe do governo português, Oliveira Salazar, de quem era amigo pessoal.

Esta circunstância, conjugada com o cumprimento escrupuloso por parte do Banco - tal como de todas as instituições bancárias nacionais - das determinações emanadas pelo Governo em relação ao princípio da neutralidade activa, iriam gerar a animosidade militante dos serviços do *Ministry of Economic Warfare* inglês, e a ostensiva hostilidade dos serviços de informação americanos, nem sempre devidamente bem informados, como os próprios reconheciam.

Neste contexto analisar-se-á a não coincidência de posições entre o MEW e o Foreign Office, estas veiculadas pelo embaixador inglês em Portugal, Ronald Campbell.

Na análise desenvolvida dos aspectos políticos que envolveram a actuação do Banco Espírito Santo em geral e do seu presidente em particular, procurar-se-ão formular interpretações diversas das que alguns historiadores portugueses contemporâneos têm apresentado relativamente a esta empresa.

Analisar-se-á igualmente o curso das pressões exercidas, entre 1941 e 1944 sobre o maior banco privado português, que culminariam na assinatura, em Agosto deste último ano, de um documento em que o BESCL se comprometia a cessar todas as operações bancárias que os Aliados consideravam necessárias para enfraquecer o esforço de guerra alemão.

O texto do acordo foi lido na B.B.C. para que os meios bancários portugueses soubessem que o *Banco Espírito Santo* “fora forçado a um compromisso com os aliados (...)”, preparando o caminho para que os outros bancos tomassem idêntica acção. Ao que parece sem sucesso a crer no facto de, ainda em Dezembro, os americanos procurarem obrigar outras instituições de crédito a idêntico ajuste.

A comunicação aborda ainda o problema dos refugiados judeus em Portugal e do auxílio que receberam não só da instituição Banco Espírito Santo, como, e em especial, dos próprios banqueiros.

Carlos Alberto Damas

Maio de 2002